

Globalização e Direitos Humanos*

Jacinto Nelson de Miranda Coutinho

Professor de Direito Processual Penal na Faculdade de Direito da UFPR e do IBEJ; Pós-graduado em Curitiba e Roma.

Minha querida amiga Helena Bonumá, meu querido amigo João Ricardo dos Santos Costa, minha diletta Magda Biavaski, minhas senhoras e meus senhores.

Antes de tudo, gostaria imensamente de agradecer o convite que me foi formulado para vir até aqui debater este tema referente à “Globalização e os Direitos Humanos”. Minha presença é responsabilida-de (ou irresponsabilidade?) exclusiva deles, ou seja, Helena e todos os demais companheiros que me honraram com a indicação. Devo dizer, desde logo, que não perdi, em nenhum momento, a noção de que estou diante de centenas de pessoas provenientes das mais diversas entidades, com interesses distintos – e muito! –, mas aqui preocupadas com os Direitos Humanos. Este ambiente heterogêneo produz uma grande dificuldade, qual seja, a de se falar com a pretensão de atingir a todos. Vale, contudo, encarar, com humildade, a tenta-

tiva, à qual presta-se quem pensa ter compromisso com as práticas democráticas, em que pese não se subestimar os desafios e a profunda responsabilidade diante deles.

Por evidente, sempre penso – e é necessário que seja dito –, que não sou a melhor pessoa para tratar especificamente deste tema. Mantenho, neste aspecto, um absoluto rigor em relação ao fato de que sou um professor de Direito Processual Penal; e um advogado. Assim, tudo o que estudo, inclusive neste tema, faço-o – como imagino que todos deveriam fazer –, para aplicar na minha disciplina, para os meus alunos.

O tema é “Globalização e Direitos Humanos”.

Uma das grandes preocupações de alguém comprometido com o Direito é pensar que, atualmente, muito se fala em Direitos Humanos e, no entanto, não se sabe exatamente o que são ou, pelo menos, faz-se uma utilização tão ampla que ao invés

* Texto extraído de notas da Palestra proferida na I Conferência Municipal de Direitos Humanos, em 15.05.1998, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, promovida pela Prefeitura Municipal e Conselho Municipal dos Direitos da Cidadania.

de ajudar, não poucas vezes atrapalha, porque confunde. Isso produz um grande receio nas pessoas e, claro, quando não se sabe o que significam, acaba-se por deles não usufruir; nem mesmo faz-se com que sejam cumpridos ou respeitados. Esta é a grande questão!

Hoje fala-se muito em efetivação dos Direitos Humanos, mas muito pouco se discute sobre o papel que vêm assumindo num mundo globalizado. Talvez seja necessário resgatar, então, alguns conceitos, ainda que rapidamente, de modo a que possamos, quiçá, entender, afinal, pelo destinatário, quem é o *cidadão* que tem (ou teria?) Direitos Humanos. E assim, talvez, colocá-lo em confronto com o que vem da dita globalização.

Ora, não seria despiciendo retornar um pouco na História, com muita brevidade, voltando aos séculos XVII e XVIII. É preciso, aqui e antes de tudo, pensar no Estado; e na forma como está atualmente organizado. Que Estado é este? Estado de que se fala tanto e que, devagar, virou um monstro: "O Estado é um monstro!", diz-se em qualquer lugar.

Ele, da forma como está estruturado, decorre da postura liberal, a qual tem suas bases fincadas em basicamente três grandes pensadores, dentre outros: HOBBS, ROUSSEAU e LOCKE.

HOBBS e ROUSSEAU, em um primeiro instante, são os principais autores que vão demonstrar o que se passava então; e o que era necessário para que se estruturasse um Estado que pudesse ser coerente diante da realidade que se preten-

dia criar: uma realidade democrática; e que assim pudesse ser para possibilitar a convivência em sociedade.

Dentre muitas coisas, tanto um quanto o outro demonstraram que, antes de existir este Estado, cada um vivia individualmente, mas todos foram obrigados a viver em coletividade, invariavelmente tendo conflitos.

Ora, se se vive em coletividade e se tem conflitos, estes conflitos são, como é normal, vencidos pelos mais fortes. Então, para que se não ganhe pela força – até porque nem sempre o mais forte é quem tem razão –, é necessário criar algo que esteja fora da disputa dentre os contendores e que, de um outro lugar, diferente daquele deles, funcione – ou possa funcionar –, como um efetivo mediador. Isto, em verdade e por evidente, é uma hipótese teórica e foi a forma encontrada pelos referidos autores para a superação da barbárie.

Destarte, para que isso sucedesse, era necessário que todos, absolutamente todos, cedessem tudo em favor desse coletivo: riquezas, bens, armas, liberdade, tudo! Cede-se tudo em favor deste ente, de modo que ele, em aglutinando aquilo que a sociedade dispunha, toda a força decorrente da somatória daquela dos indivíduos, pudesse instituir-se como uma entidade que estaria para além de cada um; e muito forte. Por primário, da aglutinação dessa força nasce a possibilidade de se reger a vida em sociedade.

Tudo, até aqui, está propositadamente colocado de modo extremamente simplório, como deve ser mas, no fundo, por

estas mal traçadas linhas é que se poderia entender, lá no início, a maneira de como se deu a construção do Estado Moderno.

Então, fez-se um pacto, do qual, em conjunto, extraiu-se um contrato e, a partir dele, passou a reger um ente maior: o Estado; também submetido às regras previamente fixadas.

Tal Estado, já diziam eles – e é aí que se funda a base dos Direitos Humanos –, leva-nos tudo, mas há algo em nós mesmos que não podemos ceder: a vida e a liberdade. Ou seja, dizia-se, a partir das regras de Direito Natural, que ambas, no homem, são inalienáveis, isto é, que funcionam como uma reserva individual. Ora, o indivíduo precisa ter liberdade, precisa ter paz, até para poder, dentro do seu espaço de atuação social, manter a sua vida.

O dilema é que HOBBS, no século XVII, e ROUSSEAU, no século XVIII, avançam com essas idéias e fundam as bases do liberalismo político; porém nós, que somos herdeiros da Revolução Francesa, temos certeza de que ela foi, por excelência, uma revolução burguesa; e a burguesia, quando assenhorou-se do poder de fato, degolando a aristocracia, não encontrou nestes dois postulados – vida e liberdade –, garantias suficientes para se impor àquilo que já existia no velho regime.

Entende-se, então, por que a burguesia vai buscar, no pensamento de JOHN LOCKE, algo que é complementar ao pensamento de HOBBS e ROUSSEAU; e, por evidente, providencial aos seus interesses. Segundo LOCKE, é necessário ceder tudo ao Estado, de modo a termos um ente que

possa reger toda a sociedade, patrocinar os interesses coletivos e, de consequência, proteger cada um dos cidadãos individualmente. Contudo, a vida e a liberdade só têm sentido se existir, no âmbito social, um espaço capaz de oferecer condições aos indivíduos de gerenciarem uma ou outra.

Eis por que, para ele, também é inalienável ao cidadão, ao indivíduo (que se não divide em dois), a propriedade privada. Afinal, é através dela que tem ele, o indivíduo, condições de manter não só o seu espaço de liberdade, como também a sua própria vida. Isto é a base que funda a estrutura, digamos, do pensamento majoritário revolucionário francês.

Para superar a realidade absolutista, que se fundava sobre uma base de desigualdade, não só entre o soberano e os indivíduos, mas também entre as diversas classes sociais – nobreza, clero e burguesia, basicamente –, era necessário criar um Estado fundado na igualdade, liberdade e fraternidade. Foi por isto que milhões, ou milhares de pessoas morreram: para que se fundasse um Estado que tivesse a igualdade, a liberdade e a fraternidade como seus pilares de sustentação.

Por elementar, um Estado fundado nestes princípios tinha a obrigação primordial de proteger o cidadão, garantindo-lhe vida, liberdade e propriedade privada, até porque era o cidadão quem, na raiz, fundava-o e garantia a ele – Estado – a sua sobrevivência.

A modernidade, como concebida pela maioria, nasce exatamente nesse ponto. Eis por que se fala de “Direitos do Ho-

mem”; eis por que se fala de “Direitos Humanos” ou, por um outro aspecto, por que os franceses falam de *libertés publiques*.

Assim, os Direitos Humanos estão fundados na esfera dos direitos e garantias individuais, os quais, a partir da criação do Estado Democrático de Direito, encontram-se positivados nas Constituições.

Destarte, tem-se que este Estado, que funciona como garantidor por excelência, de tais direitos, não deve violá-los. Mas viola, freqüentemente. E é neste aspecto que se pode visualizar um desvirtuamento de uma das funções primordiais do Estado, talvez a mais importante delas.

Tais colocações iniciais justificam-se e servem para ressaltar o fato de que os Direitos Humanos, na essência, são isso, ainda que a isso não se reduzam. Ademais, servem para deixar claro que eles não nos foram legados por uma ordem divina, não nos foram dados, não nos foram doados. São nossos, inerentes a nós mesmos, razão por que não podemos deles abrir mão. Por elementar, a discussão, neste ponto, é muito mais ampla, mas vale ressaltar que, sobretudo, foram eles objeto de uma conquista, pela qual, quem sabe, valeu – e vale – a pena lutar.

O pensamento da modernidade, contudo, não conseguiu dar conta das promessas que havia feito, principalmente porque não foi possível alcançar a igualdade material. Afinal, buscava-se o seu cumprimento através da legalidade, em uma perspectiva meramente formal-legal. Ora, por evidente, daquilo que está na lei até a sua concretização há uma distância enorme e,

como forma de compensação de tal distúrbio, fazia-se uso do discurso. Neste contexto, a liberdade – principalmente a de propriedade –, muitas vezes, foi tomada em detrimento de outros valores.

Porém, quando nós pensávamos que tal situação não mais se sustentaria, eis o que o cérebro e o gênio de gente extremamente mal resolvida (da qual está cheio por este mundo afora), apronta-nos. Não satisfeitos com o domínio na dualidade que o mundo sempre manteve – ricos-pobres, opressores-oprimidos, nações ricas-nações pobres, etc. –, entenderam ser necessário ir além. E para ir além, o mínimo a se fazer era negar tudo aquilo que se entendia como o mínimo necessário para a convivência em um espaço democrático, ou seja, negar todos aqueles princípios, dos quais resultaram os direitos e garantias. Era necessário bulir para que, em se invertendo a racionalidade, fosse possível dar conta, não do interesse coletivo, mas sim do interesse de alguns ou, de novo, do interesse dos mais fortes economicamente.

Foi exatamente para isto que se trabalhou aquilo que pode ser, quem sabe, a articulação mais genial desde SÃO TOMÁS DE AQUINO, quando faz a civilização ocidental passar a pensar a partir da analítica aristotélica, até então abandonada – e perseguida – para que tivesse lugar o pensamento platônico, voltado para uma verdade situada em outro lugar, em um mundo hipostasiado, muito ao gosto da Igreja Católica, a qual, por evidente, situa em Deus o dito lugar. Ora, para mexer em uma estrutura consolidada da forma como se encontrava era necessário muito mais do

que simplesmente o mero discurso. Era preciso mexer em alguma coisa anterior, ou seja, naquilo que está na cabeça de cada um de nós, que nos leva a tomar decisões, que nos faz agir desta ou daquela forma e, por assim dizer, no fundamento da nossa racionalidade.

Assim, o que se fez foi trocar aquilo que nós tínhamos como pressuposto e, no lugar, colocou-se uma outra coisa.

Ora, tudo o que se pensava, até então, estava fundado em uma relação de causa-efeito. Isto vinha desde os gregos. Tudo o que o mundo tem, tudo o que se conhece, é pensado assim. É suposto previamente e sustenta o próprio pensamento, ou seja, pensamos da maneira que pensamos porque, antes, há algo suposto.

Essa gente, então, sustenta que tal racionalidade não é suficiente para dar conta da realidade. Mas, como há muitas coisas da realidade que se não consegue explicar, o que importa é a prática, o factível. Portanto, o que interessa não são os efeitos que podem ser ou não produzidos a partir das suas respectivas causas, mas sim se aquilo o que se faz é eficiente ou não.

É por isso que hoje, muito do que se pensa já não é calcado na idéia decorrente de uma causa que produz um efeito; e sim na eficiência com que a coisa é feita. Aliás, é por esta razão que o trabalhador que não é eficiente acaba despedido; é por isso que o mundo está neste inferno desta competitividade maluca; é por tal motivo que o mundo está perdendo completamente o senso da ética, a noção dos valores universais, o respeito pela diferença. No fundo, o que vale mais e o que vale mesmo

é medido pela eficiência. Se o resultado for eficaz, dado o cumprimento de uma ação eficiente que lhe é pressuposto, então vale; se não for, arrisca você, no extremo, morrer de fome.

E o que se fez, para chegar-se a tanto? Liberou-se capital, paulatinamente, até um ponto em que se conseguiu derrubar as fronteiras, não só para possibilitar a circulação das mercadorias mas, principalmente, para tornar possível a circulação do dinheiro. Isto demonstra que a eficiência com a qual se opera já não é mais a eficiência de um determinado país: é uma eficiência do mundo todo.

Assim, se algo começar a atrapalhar o desenvolvimento e a reprodução do capital, eles simplesmente desmontam os aparatos estruturais e se transferem. Chega-se ao ponto de se pensar que não há mais um dono do dinheiro, dado existir uma mundialização do capital (FRANÇOIS CHESNAIS). O capital é do mundo, mais do que de todas as nações, mais até do que dos Estados Unidos, o único país que, talvez, pudesse fazer um pouco de frente a tal tendência. Por primário, quem detém esse poder, hoje, tem o poder do mundo. Se resolverem, desde este lugar, destruir um país, simplesmente retiram o capital, como retiraram do México, como ameaçaram retirar da Coreia e como ameaçaram fazer no Japão, por exemplo. Tem-se falado em “ataque especulativo”, mas seria mais adequado, quiçá, falar-se em “assalto”, seja pelo sentido militar, seja por aquele criminoso de rubrica equivocada.

E o pior é que esta quantidade imensa de dinheiro – pasmem! –, não é dos paí-

ses A, B ou C. Esta grande fortuna foi pensada, articulada e construída para ser exatamente a nossa massa de dinheiro, os famosos fundos de pensão da classe média em primeiro lugar. Assim, destrói-se o mundo, destrói-se a classe média, falando-se em defesa e em nome dela. Isso é o que de pior pode suceder-nos. Estamos diante de um discurso, por elementar, meramente retórico, mas cooptador, envolvente, que enleia as pessoas na sua teia imaginária.

Por outro lado, internamente, o Estado, desde este ponto de vista, atrapalha as relações individuais, razão por que se trata de excluí-lo, tornando-o mínimo e, de consequência, enfraquecido a ponto de não poder fazer frente aos detentores efetivos do poder. Por sinal, do jeito que a coisa está, difícil é imaginar quem conseguirá, em uma situação como a nossa, livrar-se de tal fardo, desincumbir-se da missão de comando sem nos submeter às regras que vêm de fora, embora não seja impossível imaginar-se que alguém não comprometido com o dito câmbio epistemológico tenha mais chance de vencer a parada. O desmonte do Estado, então, está na ordem do dia.

Ademais, sempre segundo o pensamento economicista que nos domina, no âmbito interno o Estado também é um empecilho anormal, porque a produção e a reprodução do capital é necessariamente controlada por ele, principalmente através do Direito. Não é outro o motivo para se falar tanto em flexibilização. Ora, é necessário mexer no Direito, porque é ele um entrave à ação eficiente na reprodução do capital. Por exemplo: uma fábrica, para ser eficiente, quer despedir 200.000 pessoas, mas o Estado diz: se você fizer isso vai ex-

plodir o índice de criminalidade na cidade. O índice de criminalidade na França é de 2 por 100.000; nos Estados Unidos, 8 por 100.000; na Inglaterra 1.4 por 100.000; na Irlanda 2.5 por 100.000; na Escócia, 2.6 por 100.000; em Porto Alegre, 43 por 100.000. Mas, apesar disso, é necessário enxugar a máquina, ser eficiente para que seja possível participar e competir no mercado internacional, ainda que o preço a pagar seja a fome da população. Afinal, cada um tem que se dar ao trabalho de resolver a sua situação.

Agora eu quero encaminhar o encerramento: segundo MARTIN & SCHUMANN, em setembro de 95, a Fundação Gorbachev reuniu, em um hotel em San Francisco, na Califórnia, diversas personalidades mundiais, dentre eles cientistas e os grandes detentores do dinheiro mundial (aproximadamente 385 pessoas). Em tal reunião, chegaram-se a algumas conclusões que nos são extremamente importantes: uma delas é que o que nos espera no século 21 é uma sociedade chamada de 20 x 80. Tal parâmetro significa que somente 20% da mão-de-obra será suficiente para dar conta da demanda mundial. De consequência, os outros 80% serão compostos com os chamados excluídos, postos à margem do ganho.

Como se sabe, excluído é, tecnicamente falando, do ponto de vista da economia, alguém que não consome: um não-consumidor. Um não-consumidor é, por evidente, alguém que não produz, porque quem ganha é quem produz, e quem produz é quem consome, ou seja, aquele que, teoricamente, teria direito ao lazer.

Uma das questões mais intrigantes que se colocou, naquela oportunidade, foi o que fazer com os tais 80%, postos à sorte, jogados no mundo, tendo-se presente que não perderiam a voz e o voto? A conclusão a que tais ilustres figuras chegaram é que é preciso fazer todo o esforço para que se evite uma catástrofe mas, acima de tudo, cada um deve buscar resolver seus problemas. Cada um tem que tentar incluir-se.

Como se vê, tem-se como certo que, esta nova postura, denominada neoliberal, de liberal não tem nada; ao contrário, é uma negação daquele liberalismo no qual era tarefa primordial do Estado proteger os indivíduos.

Mas o neoliberalismo, nos seus postulados, é fantástico!; mormente pela sua capacidade de alienação e cooptação. O discurso dessa gente é mais ou menos assim: todo mundo é livre para dormir embaixo da ponte!; isto é, naturalmente hipócrita. Eles, por certo, não vão, porque têm casa com ar condicionado; e sabem disso. No fundo, o discurso, por um certo aspecto é: se você não se incluir, o culpado é você! A pergunta que assalta, daí por diante, é sintomática: e se essa gente morrer de fome? A resposta, da sua parte, não poderia ser diferente: problema deles!; eles é que não souberam auto-ajudar-se. Vale, aqui, uma crítica que DUSSEL faz a tal pensamento, o qual aproveitei em um ensaio que está no livro *Direito e neoliberalismo: elementos para uma leitura interdisciplinar* (p. 55), de todo atual e certa: "Friedrich von Hayek – inspirador de Milton Friedman y continuador metódico de Popper en economía – 'habría expresado la

recomendación de que en caso de una aguda crisis de recursos habría que dejar librados a la muerte por hambre a los pueblos del Tercer Mundo que no supieran autoaydarse'. Ante tal cinismo es necesaria, como piensa Apel, una ética universal." Tudo, por evidente, é muito grave; talvez muito mais grave do que possamos imaginar.

Porém, há algo mais sério do que isso; e mais sério porque o que faz é aumentar o sofrimento. É aquilo que o ex-secretário do Estado Americano, ZBIGNIEW BRZEZINSKI, criando um neologismo, chamou de *tittytainment*, uma aglutinação de diversão com amamentação: entretenimento (*entertainment*) e *tits*, a gíria americana para seios, tetas, por suposto que pensada no sentido do leite materno que amamenta, mais que algo referente a sexo. JUVENAL (*Decimo Junio*), o famoso poeta latino, do qual as Sátiras eram o retrato dos vícios da Roma imperial, com a sensibilidade que só os poetas têm, já havia disparado que o desejado pela maioria da plebe era *panem et circenses*, comida e diversão, pão e palhaços. Enfim, migalhas para sobreviver e diversão: grenal todo dia, por exemplo. Assim, faz-se de conta, joga-se os jogos do imaginário, vende-se ilusões. E se sustenta a esperança de que todos vão chegar lá, razão por que o povo não tem quase nada o que comer, mas tem televisão, para alimentar o imaginário. É exatamente por aí que nos iludem; onde embarcam os incautos para simplesmente passar-pela-vida, como marionetes, títeres, de modo a fazer com que outros gozem, desfrutem. Neste aspecto, definitivamente, o inferno é aqui!

Por último, mas não por fim, gostaria de dizer que não me propus a vir aqui senão para mostrar que os Direitos Humanos, na perspectiva da globalização, são castrados e, além disto, talvez, para deixar anunciado este singelo alerta, de modo a que isto que se está aqui fazendo seja um resgate da cidadania, um resgate da civilidade, uma tentativa da recuperação da ética que nós estamos perdendo.

Mas há o risco de que nós, aqui, estejamos operando a serviço dessa gente, razão por que é preciso pensar bem, agora e sempre, mesmo porque somos, constantemente, traídos pelo imaginário e, pensando em fazer o bem, podemos estar fazendo, em verdade, o mal. Para todos nós, nestes momentos, continua lapidar o ensinamento de FREUD quando teria perguntado: "quem nos salva da bondade dos bons?" Ora, prosaicamente, os dirigentes discutem dosagens de supérfluos que sejam capazes de manter 4/5 da população excluída entretidos às custas do esforço de 1/5 privilegiado. Sabe-se que está fora de cogitação o engajamento social das empresas privadas já assoberbadas pela concorrência global. Assim, devem ser outras as organizações responsáveis por cuidar dos desempregados. Aliás, eles, os debatedores da reunião promovida pela Fundação Gorbachev (podres de ricos), esperam, destas outras organizações, uma forte colaboração, decisiva. Seriam fundações beneficentes, dos voluntários de serviços

sociais, das comunidades de bairro e agremiações esportivas de toda espécie, bem como, das eventuais alianças entre esses grupos. Por sinal, as tais atividades até poderiam ser valorizadas com modestos pagamentos, tudo de modo a garantir, assim, a auto-estima de milhões de cidadãos.

Contudo, nós estamos aqui para tentar resgatar uma teia social fundada em valores que vão para além do lucro fácil dessa gente, a qual não tem qualquer obrigação com o social. E é preciso que esta luta não seja só uma luta para dar o que comer aos coitados que estão saqueando supermercados no nordeste, mas que seja uma luta de resgate efetivo da cidadania. Cidadania para que ninguém mais tenha que suportar o trabalho de conscientização dessa gente, carente de dignidade e decoro. Afinal, a primeira coisa que fazem os espertos é locupletarem-se do nosso trabalho, do nosso discurso, do nosso esforço para, daí, também em um pensamento efficientista, angariar lucros. Precisamos resistir, para continuarmos a luta pela vida, com abundância, para todos.

O preço, todavia, não é pequeno. Mas quem, pobre mortal, ainda poderia iludir-se com o oposto? FERNANDO PESSOA, do seu lugar insuperável, já havia sentenciado, em Mar Português: "Quem quer passar além do Bojador, tem que passar além da dor."